

A low-angle photograph of a modern building with a glass facade, set against a clear blue sky. The building's structure is composed of a grid of white frames holding large glass panels. The sky is a uniform light blue. In the bottom left corner, the tops of some palm trees are visible.

1Doc Tecnologia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro
de 2024 e 2023

Informações da Companhia

Razão Social: 1Doc Tecnologia S.A.

CNPJ: 19.625.833/0001-76

NIRE: 42300048852

Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89

Cachoeira do Bom Jesus

CEP 88.056-000 – Florianópolis / SC

Informações da Companhia

1Doc Tecnologia S.A.



Conteúdo.

Informações da Companhia	2
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
1 Contexto operacional	13
2 Base de preparação e mensuração	13
3 Políticas contábeis materiais	14
4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	23
5 Contas a receber de clientes	23
6 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	24
7 Outros créditos	25
8 Mútuos	25
9 Imobilizado	25
10 Fornecedores	26
11 Obrigações e provisões trabalhistas	26
12 Obrigações tributárias	26
13 Imposto de renda e contribuição social	27
14 Outras obrigações	27
15 Provisão e depósitos judiciais	27
16 Partes relacionadas	28
17 Patrimônio líquido	29
18 Receita líquida de vendas	31
19 Custos dos serviços prestados	32
20 Despesas com vendas	32
21 Despesas gerais e administrativas	32
22 Outras receitas operacionais	32
23 Outras despesas operacionais	33
24 Resultado financeiro líquido	33
25 Imposto de renda e contribuição social	34
26 Benefícios fiscais	35
27 Eventos subsequentes	35



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

1Doc Tecnologia S.A.

Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da 1Doc Tecnologia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 1Doc Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa

Contador CRC PR-054199/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações	4	4.702	5.543
Contas a receber de clientes	5	5.916	4.763
Impostos a recuperar		-	1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	89	71
Outros créditos	7	368	75
Total do ativo circulante		11.075	10.453
Depósitos judiciais	15	320	320
Cauções diversas		1	1
Mútuos	8	1.279	744
Imobilizado	9	517	463
Total do ativo não circulante		2.117	1.528
Total do Ativo		13.192	11.981

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2024	2023
Fornecedores	10	1.067	782
Obrigações e provisões trabalhistas	11	2.464	1.720
Obrigações tributárias	12	926	702
Imposto de renda e contribuição social	13	187	172
Outras obrigações	14	135	98
Total do passivo circulante		4.779	3.474
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	242	250
Provisões para contingências	15	320	320
Outras obrigações	14	120	-
Total do passivo não circulante		682	570
Patrimônio líquido	17		
Capital social		100	100
Ações em tesouraria		(57)	(57)
Reservas de capital		4.295	4.295
Reserva de lucros		3.393	3.599
Total do patrimônio líquido		7.731	7.937
Total do passivo e patrimônio líquido		13.192	11.981

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	18	36.544	28.519
Custo dos serviços prestados	19	(13.221)	(9.109)
Lucro bruto		23.323	19.410
Despesas com vendas	20	(897)	(633)
Despesas gerais e administrativas	21	(13.234)	(11.576)
Provisão de perdas no recebimento de créditos		(41)	32
Outras receitas operacionais	22	120	7
Outras despesas operacionais	23	(55)	(405)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		9.216	6.835
Receitas financeiras	24	378	351
Despesas financeiras	24	(162)	(24)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.432	7.162
Imposto de renda e contribuição social	25	(2.689)	(2.029)
Lucro líquido do exercício		6.743	5.133

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	6.743	5.133
Resultado abrangente do exercício	6.743	5.133

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas		Total	
				Capital	Legal		de Lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2022		100	(57)	4.295	20	1.006	5.364
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.133	5.133
Dividendos distribuídos ref. lucros 2022	16.2	-	-	-	-	(1.006)	(1.006)
Dividendos distribuídos ref. lucros 2023	16.2	-	-	-	-	(1.554)	(1.554)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		100	(57)	4.295	20	3.579	7.937
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.743	6.743
Dividendos distribuídos ref. lucros 2023	16.2	-	-	-	-	(3.579)	(3.579)
Dividendos distribuídos ref. lucros 2024	16.2	-	-	-	-	(3.370)	(3.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		100	(57)	4.295	20	3.373	7.731

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Lucro líquido do exercício		6.743	5.133
Ajustes para:			
Depreciação	9	151	109
Baixa do imobilizado	9	-	4
Provisão de perdas no recebimento de créditos		41	(32)
Provisão para contingências	15	-	320
Despesas com imposto de renda e CSLL	25	2.689	2.029
		9.624	7.563
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(1.194)	(1.141)
Impostos a recuperar		(17)	31
Depósitos judiciais	15	-	(320)
Outros créditos		(293)	18
		(1.504)	(1.412)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		285	523
Obrigações e provisões trabalhistas		744	690
Obrigações tributárias		224	212
Outras obrigações		157	26
		1.410	1.451
Recursos provenientes das atividades operacionais			
		9.530	7.602
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.682)	(1.865)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais			
		6.848	5.737
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(205)	(244)
Mútuos concedidos		(535)	(744)
Recursos líquidos usados nas atividades de investimentos			
		(740)	(988)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	17.2	(6.949)	(2.896)
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamento			
		(6.949)	(2.896)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		(841)	1.853
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.543	3.690
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.702	5.543
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		(841)	1.853

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Constituída em 28 de janeiro de 2014 como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, a 1Doc Tecnologia S.A. (“1Doc” ou “Companhia”) possui capital fechado. A Companhia tem sua sede social localizada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89, Bairro Cachoeira do Bom Jesus, CEP 88.056-000.

A Companhia tem como objeto social (i) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; (ii) consultoria em tecnologia da informação; (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. A 1Doc é uma plataforma SaaS de processos digitais que conecta atendimento, comunicação e gestão documental em um só lugar, elimina o papel como veículo da informação, gera economia, preserva o meio ambiente e leva produtividade, controle e segurança para resolução das demandas do dia a dia de trabalho.

As soluções desenvolvidas pelo 1Doc são comercializadas no mercado nacional, com soluções que são referência de transformação digital nos setores público e privado.

2 Base de preparação e mensuração

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 16 de abril de 2025. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A identificação e valorização da provisão para litígios ([nota 15](#));
- (ii) A determinação da vida útil dos ativos imobilizados ([nota 3.2](#));
- (iii) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos ([nota 3.1](#)); e
- (iv) Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ([nota 5.2](#)).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", além de "fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de

combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias a contar da data de encerramento das demonstrações financeiras.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a

itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição	Alíquota
PIS Programa de Integração Social	0,65%

COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

3.7 Demonstrações dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita de vendas

A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

(i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024.

A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

3.10.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações	4.702	5.543
Contas a receber de clientes	5.916	4.763
Mútuo conversível	1.279	744
	11.897	11.050
Passivos Financeiros		
Fornecedores	(1.067)	(782)
	(1.067)	(782)
	10.830	10.268

3.10.2 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Passivos financeiros**Menos de um ano****Em 31 de dezembro de 2024**

Fornecedores 1.067

Em 31 de dezembro de 2023

Fornecedores 782

3.10.3 Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

3.10.4 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

3.10.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

3.10.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente;
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo;

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2024	2023
Contas correntes	2.573	1.152
Aplicações Financeiras até 90 dias	2.129	4.391
	4.702	5.543

4.1.1 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Fundos DI e Renda Fixa, com rendimentos que variam em média 103,54% do CDI (91% e 107% do CDI em 31 de dezembro de 2023). As aplicações financeiras com vencimento imediato são conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

A Companhia revisou o CPC 03 e definiu que todas as aplicações financeiras que possuem risco insignificante de mudança de valor e que não possuem carência são caixa e equivalentes.

5 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Receitas faturadas	4.309	3.470
Receitas a faturar	1.651	1.294
(-) Perda esperada com créditos	(44)	(1)
	5.916	4.763

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas.

5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2024	2023
Aging list		
A vencer	5.417	4.010
Vencidos:	499	753
De 1 a 30 dias	281	513
De 31 a 60 dias	146	189
De 61 a 90 dias	49	40
De 91 a 180 dias	23	11
De 181 a 360 dias	42	1
Acima de 360 dias	2	-
Provisão para perdas esperadas com créditos (PEC)	(44)	(1)
	5.916	4.763

5.2 Perda esperada com créditos (PEC):

Saldo PEC 2022	(33)
Entradas	(14)
Saídas	46
Saldo PEC 2023	(1)
Entradas	(141)
Saídas	98
Saldo PEC 2024	(44)

Os critérios para constituição da PEC são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

Os critérios para constituição de PEC são segmentados por setor de atuação da Companhia. Para o setor privado é constituído PEC para os títulos vencidos acima de 90 dias e para os clientes do setor público, adota-se como critério para o reconhecimento da PEC os títulos vencidos acima de 180 dias.

6 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	2024	2023
IRRF a compensar	89	71
	89	71

7 Outros créditos

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	63	20
Adiantamento a funcionários	13	28
Seguros (i)	1	5
Assinaturas e anuidades (ii)	291	22
	368	75

(i) Os valores com seguros referem-se a seguros garantias de contratos licitatórios.

(ii) Os valores das despesas antecipadas referem-se a assinaturas de uso de software para execução das atividades da Companhia.

8 Mútuos

	2024	2023
Mútuo conversível a Placarsoft	1.279	744
	1.279	744

Os valores são exclusivamente, e em sua integralidade, para financiar projetos de expansão das atividades da Sociedade e no desenvolvimento de suas atividades e negócios. Os contratos são corrigidos com a variação do IPCA-IBGE, com vencimentos entre 16/01/2028 e 04/09/2028. A Companhia tem a opção (não exercida em 31 de dezembro de 2024) do momento, durante o prazo de vigência do contrato, no qual poderá converter o valor total do mútuo em quotas de emissão da Placarsoft representativas de seu capital social, mediante envio de notificação à Sociedade e aos Intervenientes. A administração entende que os valores registrados, os quais representam montante em caixa emprestados a credora, são mensurados ao valor justo de tal instrumento em 31 de dezembro de 2024.

9 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	2	330	332
Adições	-	244	244
Baixas	(2)	(2)	(4)
Depreciação	-	(109)	(109)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	-	463	463
Adições	-	205	205
Baixas	-	-	-
Depreciação	-	(151)	(151)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	-	517	517

10 Fornecedores

	2024	2023
Feiras e eventos	390	362
Benefícios a empregados	52	-
Serviços de terceiros	71	63
Servidores e data center	398	239
Outros fornecedores a pagar	156	118
	1.067	782

11 Obrigações e provisões trabalhistas

	2024	2023
Salários a pagar	594	523
Rescisões a pagar	1	-
INSS a recolher	130	108
FGTS a recolher	106	77
Gratificações trabalhistas a pagar	406	105
Provisões de férias	1.226	903
Outras obrigações	1	4
	2.464	1.720

12 Obrigações tributárias

	2024	2023
ISS a recolher	85	68
PIS a recolher	30	22
COFINS a recolher	138	104
INSS s/ faturamento a recolher	198	153
IRRF a recolher - (PF)	301	222
Impostos a recolher ajustes <i>cut-off</i> (i)	168	131
Outros impostos a recolher	6	2
	926	702

(i) Pis a recolher, Cofins a recolher, CPRB e ISS a recolher relacionados aos impactos do ajuste da receita por competência (*cut-off*). Em 2021 usada a terminologia "PIS, COFINS e ISS".

13 Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Imposto de renda a recolher	101	100
Contribuição social a recolher	86	72
	187	172

14 Outras obrigações

	2024	2023
Adiantamento de clientes	-	8
Licenças, associações e mensalidades para uso software	128	75
Despesas com viagens	7	8
Obrigações com contratos Bradesco	120	-
Outras obrigações	-	7
	255	98
Circulante	135	98
Não circulante	120	-

15 Provisão e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências cíveis (reajustes contratuais), cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos internos e externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	2024	2023
Ações administrativas (i)	320	320
	320	320

(i) O valor lançado corresponde a multa fixada por suposto descumprimento da liminar, pois o magistrado entendeu que a 1Doc descumpriu ordem judicial. Destaca-se que a liminar está sendo discutida a questão da incompetência do juízo que determinou a multa para a 1Doc, de forma que está pendente o voto de um desembargador para determinar a remessa do processo para Florianópolis, assim, caso o processo venha para Florianópolis, serão reanalisadas as decisões proferidas em João Pessoa. Atualmente a discussão está em sede de Agravo de Instrumento.

A companhia é parte em um processo judicial classificado como de risco de perda possível, no valor de R\$ 108, conforme avaliação de seus assessores jurídicos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, contingências com essa classificação não são registradas contabilmente, sendo apenas divulgadas em nota explicativa. A

administração da companhia, com base na orientação de seus advogados, acompanha regularmente a evolução do processo e acredita que, neste momento, não há necessidade de provisão contábil, uma vez que a chance de perda é considerada possível e não provável.

A movimentação dos processos ocorreu conforme demonstrado:

	2024	2023
Saldo inicial	320	-
Processos adicionados	-	320
Saldo final	320	320

A Companhia não tem outras ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis.

16 Partes relacionadas

16.1 Remuneração da administração

Em 2024, foi pago a título de remuneração aos diretores da Companhia o montante de R\$ 412 (R\$ 415 em 2023). Em 03/2023 um dos diretores renunciou ao cargo.

	2024	2023
Número de membros	3	1
Número de membros remunerados	3	1
Valor da remuneração individual	137	333

Em 2024 e 2023, a Companhia optou pela desoneração da folha de pagamento, recolhendo a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB). Desta forma, não há incidência de encargos por parte da Companhia.

16.2 Dividendos a pagar

Em 2023 houve distribuição de dividendos referente aos lucros do exercício de 2022 no montante de R\$ 1.006. Referente aos lucros do exercício de 2023 foi distribuído em forma de adiantamento de lucros o montante de R\$ 1.554.

Em 2024 houve distribuição de dividendos referente aos lucros do exercício de 2023 no montante de R\$ 3.579. Referente aos lucros do exercício de 2024 foi distribuído em forma de adiantamento de lucros o montante de R\$ 3.370.

16.3 Transações com partes relacionadas

	Receita	Custo	Despesas	Resultado
Checklist Fácil S/A	-	(76)	-	(76)
Construtor de Vendas S.A	1	-	-	1
Softplan	64	-	(38)	26
Softplan S/A	-	(57)	-	(57)

	2024	2023
Clientes a receber – Intercompany	-	21
Fornecedores a pagar – Intercompany	(9)	(8)
	(9)	13

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia é composto por recursos aportados pelos acionistas, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas que visam a manutenção do capital.

17.1 Capital social e ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia era composto por 100.000 (cem mil) ações nominativas, sendo 95.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; 5.000 ações preferenciais, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.

Os acionistas preferencialistas não têm direito a voto, permanecendo a prioridade no reembolso de capital.

Durante o período de 2024 foi exercido pela Sofplan S/A o direito das opções de compra, sendo adquirido mais 2,75% da Companhia 1DOC, passando a Softplan a deter 66,60% das ações da 1Doc. O valor pago aos vendedores foi de R\$ 3.196.

No segundo semestre, em 14 de outubro de 2024, ocorreu a compra pela Softplan S/A da totalidade das ações de um sócio da 1Doc em 19,10%. Pagamento sendo dividido em três parcelas. Em 31 de dezembro de 2024 a Softplan S/A passou a obter 86,38% do capital da 1Doc.

Capital Social

	Ordinárias		Preferenciais	
	2024	2023	2024	2023
Saldo Inicial	95	95	5	5
Ações emitidas no ano	-	-	-	-
Saldo Final	95	95	5	5

Ações em Tesouraria

	2024	2023
Saldo Inicial	(57)	(57)
Ações em tesouraria no ano	-	-
Saldo final	(57)	(57)

17.2 Distribuição de lucros

O dividendo obrigatório anual é de 25% sobre o lucro líquido apurado após a constituição de reservas. Os acionistas fazem jus ao recebimento, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

Para o exercício de 2023, o mínimo obrigatório é de R\$ 1.283, no entanto em Assembleia Geral Extraordinária do dia 02 de maio de 2024, a administração deliberou pela destinação de R\$ 1.554, ou seja, acima do mínimo obrigatório. O restante, no montante de R\$ 3.579 ficou em reserva de lucros. Portanto, o total pago referente distribuição de lucros em 2023 foi de R\$ 2.895.

Para o exercício de 2024, o mínimo obrigatório é de R\$ 1.686, no entanto em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2024 e , a administração deliberou pela destinação de R\$ 3.370, ou seja, acima do mínimo obrigatório. O restante, no montante de R\$ 3.393 ficou em reserva de lucros. Portanto, o total pago referente distribuição de lucros em 2024 foi de R\$ 6.949. Visto que uma parte deste valor pago em 2024, refere-se a dividendos de 2023, que foram pagos somente em 2024.

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido	6.743	5.133
Reserva Legal (5%)	-	-
Lucro líquido ajustado após reservas	6.743	5.133
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.686	1.283

17.3 Reserva de capital

O grupo de reservas é composto pela Reserva de Ágio na Emissão de Ações, constituída após aportes da Softplan S.A. realizado em exercícios anteriores, sem que houvesse consequente aumento de participação acionária. Seu saldo soma o montante de R\$ 4.295 em 2024 e 2023.

17.4 Reserva legal

A Companhia adota o percentual definido pelo Art. 193 Lei 6.404/1976 para constituição da Reserva Legal, resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre o lucro auferido do exercício, após as compensações de prejuízos acumulados.

Limitada em 20% do capital social, atualmente o teto da reserva é R\$ 20. A movimentação da Reserva Legal não ocorreu, pois, a companhia já atingiu o teto supracitado.

17.5 Reserva de lucros

O valor dos lucros não distribuídos aos acionistas é destinado para a conta de reserva de lucros.

	2024	2023
Reserva de lucros	3.373	3.579
Saldo Final	3.373	3.579

18 Receita líquida de vendas

A Companhia adota premissas que permitam evidenciar com clareza a natureza, o valor, a época a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. As receitas reconhecidas no resultado do exercício representam a contraprestação pecuniária decorrente da transferência de serviços prometidos a clientes que estejam comprometidos em cumprir com suas respectivas obrigações.

	2024	2023
Receita com serviços prestados	40.675	31.738
Deduções da receita	(4.131)	(3.219)
Receita operacional líquida	36.544	28.519

As deduções da receita são tributos indiretos sobre o faturamento, detalhados conforme segue:

	2024	2023
INSS	1.836	1.428
COFINS	1.218	950
ISS	813	635
PIS	264	206
	4.131	3.219

19 Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Custos com pessoal	(6.940)	(5.024)
Custos com viagens	(446)	(571)
Servidores e <i>data center</i>	(3.841)	(2.170)
Licenças, assoc. e mensalidades para uso de <i>software</i>	(1.882)	(291)
Infraestrutura de TI	(101)	(959)
Demais custos	(11)	(94)
	(13.221)	(9.109)

20 Despesas com vendas

	2024	2023
Assessoria e consultoria	(115)	(252)
Comissões sobre vendas	(782)	(381)
	(897)	(633)

21 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal	(9.148)	(6.926)
Despesas com TI e comunicação	(801)	(447)
Despesas com viagens	(622)	(595)
Despesas com serviços de terceiros	(753)	(578)
Despesas com eventos	(1.640)	(2.734)
Depreciação	(151)	(109)
Outras despesas administrativas	(119)	(187)
	(13.234)	(11.576)

22 Outras receitas operacionais

	2024	2023
Outras receitas	120	-
Verba de patrocínio	-	7
	120	7

23 Outras despesas operacionais

	2024	2023
Baixa de imobilizado e investimento	-	(1)
Cancelamentos extemporâneos	(16)	(21)
Despesas tributárias	(39)	(27)
Perda efetiva com clientes	-	(37)
(-) Recuperação de crédito incobráveis	2	3
Provisão para contingência	-	(320)
Outras despesas operacionais	(2)	(2)
	(55)	(405)

24 Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	276	300
Juros ativos	102	26
Juros SELIC s/ Impostos a compensar	-	9
Outras receitas financeiras	-	16
	378	351
Despesas financeiras		
Despesas com tarifas bancárias	(12)	(8)
Juros/multas	(36)	(2)
IOF	(9)	(14)
Descontos concedidos	(105)	-
	(162)	(24)
Resultado financeiro líquido	216	327

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	9.432	7.162
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(3.207)	(2.435)
(Adições) e exclusões permanentes		
Incentivos fiscais	469	382
Outras adições e exclusões	(12)	(37)
Benefícios fiscais (PAT)	61	61
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(2.689)	(2.029)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.697)	(2.037)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	8
Taxa efetiva	28,51%	28,33%

25.2 Composição dos tributos diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

Ativo	2024	2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44	1
Outras provisões temporárias	726	425
Total da base de cálculo de diferenças temporárias	770	426
Alíquota do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	262	145
Passivo	2024	2023
Receita de contrato com clientes (cut-off)	(1.483)	(1.163)
Total da base de cálculo de diferenças temporárias	(1483)	(1.163)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(504)	(395)

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante.

26 Benefícios fiscais

A Companhia detém benefícios fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) através da Lei do Bem.

26.1 Lei do bem

Benefício baseado na Lei n.º Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática e abater diretamente da base do Imposto de Renda, desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica e submeta relatório anual para validação anual do MCTI. Em 2024 da Companhia investiu em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 1.379 e em 2023 R\$ 1.125. A demonstração do benefício gerado referente ao montante investido está detalhada abaixo:

	2024	2023
Serviços em projetos de Lei do Bem	1.724	1.407
Incremento	80%	80%
Total investido em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento	1.379	1.125
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Benefício fiscal	469	383

27 Eventos subsequentes

Em 01 de abril de 2025 a Softplan S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações (12.687 ações ordinárias e 800 ações preferenciais, totalizando 13.487 ações – 13,62%) pertencentes ao sócio minoritário, Sr. Jéferson Damiano de Castilhos, na sociedade 1Doc Tecnologia S/A, passando a deter 100% do capital social da referida empresa. Como parte do processo de negociação, foi realizada a cessão integral dos mútuos da PlacarSoft (nota 8).



1Doc

Conhecimento
e tecnologia que
transformam.